



Ministério do Esporte
Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social
Diretoria de Formalização de Parcerias
Coordenação-Geral de Formalização de Parcerias

OFÍCIO Nº 1159/2026/MESP/SNEAELIS/DFP/CGFP

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor

JOSE ROBERTO DA COSTA JUNIOR


Presidente da Instituto de Cooperação, Desenvolvimento Humano e Social

Assunto: **Orientações prévias para execução do Termo de Fomento.**

Senhor Presidente,

1. Com referência ao Termo de Fomento nº 995500, celebrado entre a União, por intermédio deste Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEAELIS) e o Instituto de Cooperação, Desenvolvimento Humano e Social, que tem por objeto a Implementação e Desenvolvimento do Projeto O Programa Fábrica de Campeões no Estado do Rio de Janeiro, esta SNEAELIS apresenta informações prévias para execução da parceria.
2. A parceria deve observar o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, na Portaria nº 16, de 19 de março de 2026, deste Ministério, bem como na Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR nº 115, de 10 de dezembro de 2024, na Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR nº 2, de 15 de janeiro de 2026, e nas demais normas aplicáveis constantes do instrumento celebrado entre as partes, que regulamentam o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Federal e as Organizações da Sociedade Civil – OSC.
3. Conforme preconiza o artigo 5º da Lei nº 13.019/2014, o regime jurídico das parcerias celebradas entre o Setor Público e as Organizações da Sociedade Civil – OSC, tem como fundamento a gestão democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.
4. Todos os procedimentos requerem o gerenciamento de forma plena e integrada no Sistema Transferegov, dos quais destacamos: cotação prévia, contrato, pagamento, ingresso de recursos, aplicação financeira, ajuste de plano de trabalho, termo aditivo, relatório de execução, dentre outros.
5. Cumpre ressaltar que a liberação do recurso somente ocorrerá após regularização da conta junto à instituição bancária e atualização dos dados bancários constantes na aba “Dados” do Sistema Transferegov, conforme estabelecido no art. 23, da Portaria MESP nº 16/2026.
6. Por conseguinte, a entidade deve cumprir o dever de transparência, garantindo a publicação de valores recebidos e aplicados oriundos de emendas parlamentares a partir de 2020, por meio de divulgação na internet, podendo utilizar planilha extraída do painel gerencial Transferegov.br. Deve ainda informar ao órgão transferidor de recursos o endereço na internet para acesso às

mencionadas informações, conforme orienta o estabelecido na Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR nº 115, de 10 de dezembro de 2024 e na Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR nº 2.

7. Neste sentido, orientamos que a entidade proceda com a comprovação, conforme divulgação constante do Painel de Transparência Discricionárias e Legais (<https://discricionarias.paineis.gov.br/extensions/transferencias-discricionarias-e-legais/transferencias-discricionarias-e-legais.html?naturezaJuridica=OSC>). Para identificação das próprias parcerias, ao entrar no link acima, clique em 'Possui Emenda' e selecione 'SIM', confirme a seleção. Após, clique em 'CNPJ Proponente' e digite apenas os números do CNPJ da instituição, confirme a seleção. Salve a imagem (*print screen*) do resultado encontrado, bem como faça o download da planilha ao clicar nesse símbolo . Publique ambos no sítio eletrônico da entidade.

8. Constatada a liberação do recurso financeiro por este Ministério do Esporte na conta corrente específica da parceria, caberá à entidade providenciar a aplicação em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade, conforme estabelecido no art. 33, § 2º, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

9. Ademais, ressalta-se que a entidade deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços: notas, comprovantes fiscais ou recibos com datas, valor, nome e número do CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.

10. Cumpre informar que, com referência à identificação e divulgação, será necessário o envio da arte para aprovação da Assessoria de Comunicação, por meio do endereço eletrônico: ascom.pdlie@esporte.gov.br.

11. Além disso, esta unidade gestora orienta que todas as fases, ações, materiais e serviços adquiridos ou contratados para a realização do objeto pactuado deverão ser fotografados e registrados de modo a viabilizar o acompanhamento da parceria, conforme relatórios de execução mediante modelo a ser disponibilizado no Sistema Transferegov.

12. Portanto, as ações de acompanhamento e monitoramento para fins de avaliação da execução da parceria, contemplarão a análise das informações e documentos constantes no Sistema Transferegov, a presteza quanto ao atendimento às demandas e solicitações, a consulta às movimentações da conta bancária específica e análise dos relatórios encaminhados pela entidade.

13. Por fim, informamos que a Coordenação-Geral de Acompanhamento de Parcerias (CGAP) está à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários via Sistema Transferegov, ou ainda, por meio do e-mail cgap@esporte.gov.br.

Atenciosamente,

[assinatura eletrônica]

MARIANA DE MIRANDA OLIVEIRA

Coordenadora-Geral de Formalização de Parcerias



Documento assinado eletronicamente por **Mariana de Miranda Oliveira, Coordenador(a)-Geral**, em 26/06/2026, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mds.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **18908636** e o código CRC **872D6973**.